

CONTRATO DE REPASSE Nº 880031/2018/ME/CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24/01/2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa Ministério do Esporte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.973.091/0002-58, com sede em Brasília/DF, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembléia Geral de 19/01/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por CELIO AMERICO ALVES IZIDORO, RG nº 36093196, expedido por SSP-PR, CPF nº 481.487.689-00, residente e domiciliado(a) em Curitiba - PR, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto BRASÍLIA/DF, no livro 3318-P, folha 042, em 07/05/2018 e substabelecimento lavrado em



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto BRASÍLIA/DF, no livro 3323-P, folha 073, em 13/06/2018, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 95.719.381/0001-70, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor JOÃO INÁCIO LAUFER, portador(a) do RG nº 4.438.414-0 expedido por SSP/PR, e CPF nº 841.446.299-53, residente e domiciliado(a) em Quatro Pontes - PR, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS**I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE**

Implantação de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes-PR.

II - MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

Quatro Pontes - PR.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

(x) Não () Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

() Não (x) Sim

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia e Licença Ambiental.

Prazo para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 08 (oito) meses.

Prazo para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 01 (um) mês.

V - DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 270.476,19 (duzentos e setenta mil e quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos).

Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 281.476,19 (duzentos e oitenta e um mil e quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos).

Nota de Empenho nº 2018NE801823, emitida em 28/11/2018, no valor de R\$ 270.476,19 (duzentos e setenta mil e quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos),

Unidade Gestora 180006, Gestão 00001.

Programa de Trabalho: 27812203554500001.

Natureza da Despesa: 444042.

Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0968, conta nº 006.00071034-5

VI - PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse: 20/12/2018.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

Término da Vigência Contratual: 20 de Dezembro de 2022.

Prestação de Contas: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 10 anos contados da apresentação da prestação de contas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA ou do decurso do prazo para apresentação da prestação de contas.

VII - FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná.

VIII - ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Rua Gaspar Martins, 560 - Centro - CEP 85940-000 - Quatro Pontes - PR.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Souza Naves, 3891 - Cep - 85810-070 Cascavel - PR.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Endereço eletrônico do CONTRATADO: gabinete@quatroPontes.pr.gov.br.

Endereço eletrônico do CONTRATANTE: regovcv@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de toda a documentação relacionada no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos no mesmo item.

1.1.1 - O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, conforme regra específica do Gestor do Programa.

1.1.2 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

- I. analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
- VIII. verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no SICONV que a substitua;
- IX. aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
- X. verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- XI. designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XII. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- XIII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XIV. notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XV. receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XVI. solicitar à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes dessa conta específica do instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis.
- XVII. assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XVIII. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado.

2.2 – DO CONTRATADO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse como indireto;
- V. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VI. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados.

5

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492****Ouvidoria: 0800 725 7474****caixa.gov.br**

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- VII. apresentar ao CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia.
- VIII. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- IX. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- X. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou da Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011 e sua regulamentação, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- XI. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XII. exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e/ou Fornecimento de Obras, Serviços ou Equipamentos.
- XIII. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XIV. no caso dos Estados, Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XV. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XVI. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XVII. fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XVIII. prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- XIX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

- XX. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXI. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XXII. manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXIII. incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- XXIV. ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União.
- XXV. atender ao disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- XXVI. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXVII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
- XXVIII. nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXIX. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- XXX. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XXXI. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XXXII. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- XXXIII. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXXIV. consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XXXV. consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XXXVI. apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de desembolso estabelecido;
- XXXVII. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XXXVIII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXXIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XL. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- XLII. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XLIII. autorizar o CONTRATANTE ou sua mandatária para que solicitem junto à instituição financeira albergante da conta vinculada, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- XLIV. autorizar ao CONTRATANTE solicitar, à instituição financeira albergante da conta vinculada, o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- XLV. estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- XLVI. dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XLVII. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XLVIII. disponibilizar, em sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos/, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, podendo ser suprida a publicação na internet pela inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.
- XLIX. indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- L. responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- LI. apresentar, via SICONV, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido;
- LII. observar as condições para reprogramação do CR estabelecidas na IN MPDG nº 02/2018;
- LIII. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.
- LIV. cumprir o disposto no art. 217, inciso II, da Constituição Federal, que versa sobre o dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

de cada um, observada a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do presente Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, conforme diretrizes da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424/2016 e do Gestor do Programa.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a

10

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504/97.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização do CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONTRATANTE.

5.1 No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I – a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II – a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III – a regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no SICONV;
- IV – o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas.
- V – a conformidade financeira

5.2 O CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 O CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no SICONV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 - A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

I - exceto nos casos de instrumento com parcela única, o valor do desembolso a ser realizado pelo Gestor do Programa ou pela mandatária referente à primeira parcela, não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento;

II - a liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a (ao):

a) envio pela mandatária e homologação pelo Gestor do Programa da Síntese do Projeto Aprovado - SPA quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços e engenharia enquadrados nos incisos II e III do art. 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;

b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo Gestor do Programa ou mandatária;

c) adimplência no CAUC do Contratado que possui até 50.000 habitantes e que estava inadimplente no momento da assinatura do CR;

III - a liberação das demais parcelas está condicionada a execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 – Não haverá a liberação da primeira parcela de recursos ao Contratado que possua CR sem execução financeira há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

5.5 - O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 - Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.7 – O instrumento será rescindido na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela ou sem comprovação da execução financeira por mais de 360 dias contados a partir do primeiro desbloqueio de recursos ou subseqüentes.

5.8 – A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá condicionada a:

I - a emissão da autorização para início do objeto;

II - a apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- III – o atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;
- IV - a comprovação do aporte da contrapartida pactuada para a etapa correspondente;
- V - a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;
- VI – apresentação do termo de recebimento provisório da intervenção, nos termos do art. nº 73, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93, para o desbloqueio da última parcela de recursos;

5.8.1 - O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no SICONV o relatório de fiscalização referente a cada medição

5.8.2 - O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos

5.8.3 - A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016.

5.8.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) por ato da autoridade máxima do Gestor do Programa;
- b) no ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do presente Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

14

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização.

7.5.3 - Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.6.2 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, o CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “a”, os recursos que permaneceram na conta vinculada, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “b”, em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “b”, em que a parte executada não apresente funcionalidade, a totalidade dos recursos liberados devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.4 - Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 - Vencidos os prazos de devolução descritos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.6 - Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.7 – Na hipótese prevista no item 7.7, alíneas “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o CONTRATADO e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e do CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 - As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) der(em) causa:

- a) reanálise do Plano de Trabalho;
- b) emissão de VRPL inapta ou repetida;
- c) manutenção do contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira;
- d) reabertura de PCF ou TCE;
- e) alteração de cronograma;
- f) atualização de orçamento;
- g) exclusão de meta;
- h) ajustes no projeto;
- i) reprogramação de remanescente de obra;
- j) inclusão de meta;
- k) alteração no escopo;
- l) publicações no DOU;
- m) fotocópias.

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no SICONV.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

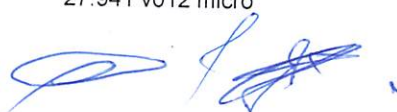
13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

13.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

15.1 – A vigência contratual poderá ser prorrogada no máximo 2 (duas) vezes, por período compatível com o cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

20

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- I - a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II - a inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8;
- III - a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- IV - a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal devidamente corrigidos, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Gestor do Programa.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

18.3 – São vedadas as alterações do objeto do Contrato de Repasse e da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. reformular os projetos de engenharia das obras e serviços já aceitos pelo CONTRATANTE;
- II. reprogramar os projetos de engenharia dos instrumentos enquadrados no Inciso I do Artigo 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016, exceto para os casos previstos na Instrução Normativa MPDG nº 02/2018;
- III. realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
- IV. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- VI. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- VII. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VIII. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.
- IX. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- X. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizes promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- XI. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- XII. aproveitar rendimentos dos recursos do Contrato de Repasse;
- XIII. computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
- XIV. adotar o regime de execução direta.
- XV. utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise de Engenharia.

22

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Cascavel _____, 20 _____ de Dezembro _____ de 2018
Local/Data

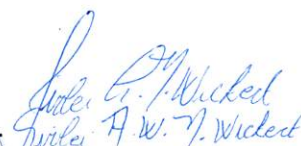
Assinatura do CONTRATANTE
Nome: CELIO AMERICO ALVES
IZIDORO
CPF: 481.487.689-00


Assinatura do CONTRATADO
Nome: JOÃO INÁCIO LAUFER
CPF: 841.446.299-53

Testemunhas

Nome: _____
CPF: _____

Silvestre Rohden
Secretário Mun. de Finanças
Silvestre Rohden
Secretário Mun. de Finanças
CPF 616.019.509-34


Nome: _____
CPF: 493.031.559-04

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Assunto: AVISO IMPORTANTE - Prazo limite para contratações OGU 2018 - Documentação para contratação

De: "regovcv@caixa.gov.br" <regovcv@caixa.gov.br>

Data: 18/12/2018 17:57

AVISO IMPORTANTE

CONTRATAÇÕES OGU 2018 – Até 31/12/2018

Aos

Tomadores de Recursos do OGU

1 Alertamos aos Tomadores que possuem Propostas do OGU no SICONV, com possibilidade de ser selecionadas pelos Gestores e “Envidadas à Mandatária” (CAIXA) ainda em 2018, que as mesmas deverão ser tratadas e os respectivos contratos de repasse firmados até 31/12/2018, impreterivelmente.

2 Solicitamos verificar o “Comunicado nº 60/2018” disponível no Portal Convênios – <http://portal.convencios.gov.br>, do qual destacamos os seguintes prazos limite:

- 16/12/2018 - para envio das Propostas
- 21/12/2018 – para análise conclusiva e aprovação do Plano de Trabalho pelo Concedente / Mandatária.
- 31/12/2018 – para contratações das Propostas/Plano de Trabalho aprovados e empenhado (Situação Enviado).

3 Ressaltamos aos tomadores que a inclusão no SICONV, das Declarações e demais documentos na forma instruída no Ofício de comunicação da Seleção da CAIXA/GIGOV, é condicionante para a efetivação dos contratos de repasse.

3.1 Portanto, **orientamos os Tomadores a, preventivamente, emitir as Declarações que tem validade mensal, manter o CAUC regular e organizar a equipe Municipal de convênios e contratos para atender prontamente eventual demanda de contratação até 31/12/2018**, sem o que não será possível viabilizar as propostas selecionadas na segunda quinzena de dezembro.

4 Estamos à disposição para mais esclarecimentos

Atenciosamente

Paulo Vinicius Carvalho Jorge

Supervisor de Filial

Representação de Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

Paulo Augusto Schade

Coordenador de Filial

Representação de Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

Celio Américo Alves Izidoro

Gerente de Filial

Gerência Executiva e Negocial de Governo Curitiba/PR



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA


Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e com a Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, que dispomos dos recursos orçamentários, no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil Reais), para participação, a título de contrapartida, no repasse de recursos destinados a Implantação de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes; do Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Ministério do Esporte, na localidade de Quatro Pontes – PR, Código do Programa: 5100020180019, objeto cadastrado na proposta SICONV nº 053092/2018, do Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, na localidade de Quatro Pontes – PR.

Os recursos estão dispostos na rubrica orçamentária:

05000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05005	Departamento de Esportes
05005.27.812.0013.1.310	Implantação de Infraestrutura para Campo de Futebol/ Convênio SICONV 40977/2018
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações..... R\$ 270.476,19 1779
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações..... R\$ 11.000,00 3000

Da Lei Municipal nº 2122/2018, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial ao Orçamento do Município, conforme cópia anexa.

Gabinete do Prefeito do Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 20 de dezembro de 2018.


JULIANO LANG
CONTADOR
CRC Nº PR-053045/O-0


JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

OFÍCIO Nº 321/2018

10 DE DEZEMBRO DE 2018.

DO PREFEITO MUNICIPAL
AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO: ENCAMINHA DOCUMENTOS

Prezado Senhor:

Encaminho para vossa análise Declaração de que o Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 95.719.381/0001-70, está regular em relação à PRECATÓRIOS JUDICIAIS, para fins de protocolo. Tal solicitação se faz para fins de juntada ao projeto de implantação e modernização de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes – PR, Contrato de Repasse a ser firmado com o Ministério do Esporte

Colocando-me a disposição, reitero considerações.

Atenciosamente,


JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO

PREZADO SENHOR:
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
PRESIDENTE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA - PR



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 852823/18

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 852823/18

ASSUNTO: **REQUERIMENTO EXTERNO - PEDIDO DE CERTIDÃO**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES**

Requerente: **MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES**

Interessado: **JOÃO INÁCIO LAUFER**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Petição (Ofício 321)
- Outros Documentos (Declaração)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, CNPJ 95.719.381/0001-70, através do(a) Representante Legal JOÃO INÁCIO LAUFER, CPF 841.446.299-53**

Curitiba, 10 de dezembro de 2018 15:05:38



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que os **RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL** de todos os Poderes do **MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR**, relativo ao **2º QUADRIMESTRE DE 2018** demonstram atendimento aos limites definidos na LRF, art. 23, § 3º, e art. 25, inciso IV, alínea "c", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Declaro, sob as penas da Lei, regularidade **DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DO CONJUNTO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS**, em atendimento ao disposto no Art. 28, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Declaro, sob as penas da Lei, regularidade quanto à **DIVULGAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR MEIO ELETRÔNICO DE ACESSO AO PÚBLICO E DE INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS**, em atendimento ao disposto no Art. 73-C da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Declaro, sob as penas da Lei, regularidade quanto à **INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO DE VEDAÇÃO AO RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**, em atendimento ao disposto no Art. 33 combinado com o inciso I do § 3º do art. 23, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Declaro, sob as penas da Lei, regularidade quanto ao **FORNECIMENTO DA RELAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA AO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS**, em atendimento ao disposto no Decreto nº 1.800/1996, consoante o prescrito no art. 92 da Lei nº 13.303/2016.

Declaro que foi remetida declaração para o competente Tribunal de Contas, conforme Recibo do Protocolo, em anexo.

Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 06 de dezembro de 2018.

JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO

OFÍCIO Nº 323/2018

10 DE DEZEMBRO DE 2018.


**DO PREFEITO MUNICIPAL
AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
ASSUNTO: ENCAMINHA DOCUMENTOS**

Prezado Senhor:

Encaminho para vossa análise Declaração de que o Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 95.719.381/0001-70, está regular em relação à PRECATÓRIOS JUDICIAIS, para fins de protocolo. Tal solicitação se faz para fins de juntada ao projeto de Implantação de Infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes – PR, Contrato de Repasse a ser firmado com o Ministério do Esportes.

Colocando-me a disposição, reitero considerações.

Atenciosamente,


**JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO**

**AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – TRT9
ALAMEDA DOUTOR CARLOS DE CARVALHO, 528 - CENTRO
80.530- 180 | CURITIBA - PR**



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, regularidade quanto ao **PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS**, em atendimento ao disposto no Art. 97, § 10, inciso IV, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Declaro que o Município de QUATRO PONTES - PR é aderente ao regime de que trata a alínea "b" do inciso IV do § 10 do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assim como a inexistência de precatórios judiciais pendentes de quitação.

Declaro que foi remetida declaração para os competentes Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal, conforme Recibos dos Protocolos, em anexo.

Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 06 de dezembro de 2018.

JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO

OFÍCIO Nº 324/2018

10 DE DEZEMBRO DE 2018.

**DO PREFEITO MUNICIPAL
AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO: ENCAMINHA DOCUMENTOS**

Prezado Senhor:

Encaminho para vossa análise Declaração de que o Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 95.719.381/0001-70, está regular em relação à PRECATÓRIOS JUDICIAIS, para fins de protocolo. Tal solicitação se faz para fins de juntada ao projeto de implantação de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes – PR, Contrato de Repasse a ser firmado com o Ministério do Esportes.

Colocando-me a disposição, reitero considerações.

Atenciosamente,



**JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO**

**PREZADO SENHOR:
DES. RENATO BRAGA BETTEGA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ – TJPR
PALÁCIO DA JUSTIÇA – 1º ANDAR
PÇ. NOSSA SENHORA DE SALETE - CENTRO CÍVICO
80.530-912 | CURITIBA - PR**

OFÍCIO Nº 322/2018

10 DE DEZEMBRO DE 2018.

**DO PREFEITO MUNICIPAL
AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRF4
ASSUNTO: ENCAMINHA DOCUMENTO**

Prezado Senhor:

Encaminho para vossa análise Declaração de que o Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 95.719.381/0001-70, está regular em relação à PRECATÓRIOS JUDICIAIS, para fins de protocolo. Tal solicitação se faz para fins de juntada ao projeto de implantação de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes – PR, Contrato de Repasse a ser firmado com o Ministério do Esporte.

Colocando-me a disposição, reitero considerações.

Atenciosamente,



**JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO**

**EXMO. SENHOR:
MARCELO MALUCELLI
JUÍZ FEDERAL – DIRETOR DO FORO DA SECÃO JUDICIÁRIA DO PR
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRF4
AVENIDA ANITA GARIBALDI, 888 - BAIRRO: CABRAL
CURITIBA - PR - CEP: 80.540-400**

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 36303560 - AC QUATRO PONTES
QUATRO PONTES - PR
CNPJ: 34028316660111 Ins Est.: 1012097251

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: MUNICIPIO DE QUATRO PONTES
CNPJ/CPF: 95719331000170
Doc. Post.: 306200904
Contrato: 9912256754 Cod. Adm.: 10152221
Cartao: 60521724

Movimento: 11/12/2018 Hora: 14:59:49
Caixa: 85613844 Matrícula: 55639931
Lançamento: 642 Atendimento: 00031
Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1569925823

DESCRIÇÃO QTD. PREÇO(R\$)
COMBO SEDEX CONTRAT 1 23.72+
Valor do Porte(R\$): 17.65
Cep Destino: 80530-160 (PR)
Peso real (KG): 0.019
Peso Tarifado: 0.019
OBJETO: Q201511593758R

AVISO DE RECEBIMENTO: 5.75
Valor AdValorem: 0.32
Valor Declarado(R\$): 51.00

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

COMBO SEDEX CONTRAT 1 23.72+
Valor do Porte(R\$): 17.65
Cep Destino: 80530-912 (PR)
Peso real (KG): 0.018
Peso Tarifado: 0.018
OBJETO: Q20151159458R

AVISO DE RECEBIMENTO: 5.75
Valor AdValorem: 0.32
Valor Declarado(R\$): 51.00

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

COMBO SEDEX CONTRAT 1 23.72+
Valor do Porte(R\$): 17.65
Cep Destino: 80530-140 (PR)
Peso real (KG): 0.018
Peso Tarifado: 0.018
OBJETO: Q20151159468R

AVISO DE RECEBIMENTO: 5.75
Valor AdValorem: 0.32
Valor Declarado(R\$): 51.00

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

COMBO SEDEX CONTRAT 1 23.72+
Valor do Porte(R\$): 17.65
Cep Destino: 80540-400 (PR)
Peso real (KG): 0.019
Peso Tarifado: 0.019
OBJETO: Q20151159468R

AVISO DE RECEBIMENTO: 5.75
Valor AdValorem: 0.32
Valor Declarado(R\$): 51.00

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 94.88



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

LEI Nº 2122/2018

DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Ofício Oficial Eletrônico

Edição: 1152 Data: 12.12.2018 Página: 08

Envio Legislativo: 03.12.2018

Protocolo: 514/2018

Devolução Executivo: 12.12.2018

Protocolo: 3917/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto ao Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 282.476,19 (Duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), criando o seguinte elemento de despesa.

05000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
05005	Departamento de Esportes			
05005.27.812.0013.1.310	Implantação de Infraestrutura para Campo de Futebol/ Convênio SICONV 40977/2018			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações.....	R\$	270.476,19	1779
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações.....	R\$	12.000,00	3000

Artigo 2º - Servirá de recurso para a cobertura do Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior o excesso de arrecadação da fonte 1779 no valor de R\$ 270.476,19 (Duzentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), na forma do Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e o superávit fonte 3000 no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na forma do Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a alterar, no que couber, a Lei nº 1976/2017 de 15 de dezembro de 2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como proceder as adequações na programação constante nos Anexos I e II, do Plano Plurianual, Artigo 5º, para o exercício financeiro de 2018, com relação ao disposto nesta Lei.

Artigo 4º - Fica outrossim o Executivo Municipal autorizado a promover a inclusão na Programação Financeira e no Cronograma Mensal de Desembolso, estabelecidos para o exercício de 2018, prescritos pelo artigo 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 12 de dezembro de 2018.

TIAGO FERNANDO HANSEL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

QUARTA FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2018

ANO: VI

EDIÇÃO Nº: 1152 8/23 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO**LEI Nº 2122/2018****DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2018****SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto ao Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 282.476,19 (Duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), criando o seguinte elemento de despesa.

05000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
05005	Departamento de Esportes			
05005.27.812.0013.1.310	Implantação de Infraestrutura para Campo de Futebol/ Convênio SICONV 40977/2018			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações.....	R\$	270.476,19	1779
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações.....	R\$	12.000,00	3000

Artigo 2º - Servirá de recurso para a cobertura do Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior o excesso de arrecadação da fonte 1779 no valor de R\$ 270.476,19 (Duzentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), na forma do Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, e o superávit fonte 3000 no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na forma do Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a alterar, no que couber, a Lei nº 1976/2017 de 15 de dezembro de 2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como proceder as adequações na programação constante nos Anexos I e II, do Plano Plurianual, Artigo 5º, para o exercício financeiro de 2018, com relação ao disposto nesta Lei.

Artigo 4º - Fica outrossim o Executivo Municipal autorizado a promover a inclusão na Programação Financeira e no Cronograma Mensal de Desembolso, estabelecidos para o exercício de 2018, prescritos pelo artigo 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 12 de dezembro de 2018.

JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO

TIAGO FERNANDO HANSEL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PREFEITURA

Exercício de 2018

Página: 1/1

Relação da Despesa Com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PREFEITURA						
Órgão:	05	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte				
Unidade:	05	Departamento de Esportes				
Funcional:	27.812.0013.1.310	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA CAMPO DE FUTEBOL/CONVÊNIO SICONV 40977/2018				
875	4.4.90.51.00.00.00.00	1779 OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	270.476,19
876	4.4.90.51.00.00.00.00	3000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	12.000,00
Total da Funcional:						282.476,19
Total da Unidade:						282.476,19
Total do Órgão:						282.476,19
Total da Entidade:						282.476,19
Total Geral:						282.476,19

17/12/2018


JULIANO LANG
Contador
CRC N° PR-053045/O-0
CPF 914.374.869-15

Assunto: Mensagem do Portal de Convênios: Solicitada Complementação do Plano de Trabalho

De: siconv@planejamento.gov.br

Data: 06/12/2018 16:20

Para: gabinete@quatroPontes.pr.gov.br

Este e-mail foi gerado de forma automática pelo SICONV. Por favor, não o responda.
Em caso de dúvida, entrar em contato com a Central de Atendimento do SICONV.

Solicitada Complementação do Plano de Trabalho

Foi solicitada complementação do plano de trabalho da proposta número 053092/2018 com a seguinte justificativa: Tendo em vista a redução do repasse de R\$ 300.000,00 para R\$ 270.476,19, e a necessidade de redução da contrapartida de R\$ 12.000,00 para R\$ 11.000,00 para respeitar o limite de 4% previsto na LDO, o plano de trabalho foi colocado em complementação para ajustes antes de sua aprovação. Assim que concluir os ajustes, avise a REGOV Cascavel via email.

Número da Proposta: 053092/2018

Órgão Concedente: MINISTERIO DO ESPORTE

Conveniente: MUNICIPIO DE QUATRO PONTES

Mensagem emitida pelo sistema do Portal de Convênios pelo usuário:

CPF: 05427279946

Nome: LILIANE DURAN LOPES

270.476,19
11.000,00
281.476,19

Assunto: Abertura de conta para repasse de recurso da OGU.
De: Elisa Vanessa Ribeiro <elisa.v.ribeiro@caixa.gov.br>
Data: 14/12/2018 15:03
Para: "gabinete@quatropontes.pr.gov.br" <gabinete@quatropontes.pr.gov.br>
CC: "ag0968@caixa.gov.br" <ag0968@caixa.gov.br>, Angelo Vitor Canton Colombo <angelo.colombo@caixa.gov.br>

À

Prefeitura de Quatro Pontes.

1. A Caixa Econômica abriu a conta corrente 0968.006.71034-5 para recebimento de repasse da OGU, referente ao contrato de repasse 880031/18. Entramos em contato com Rosemi e a posicionamos sobre o assunto.
2. Estamos enviando em anexo:
 - Contrato de relacionamento (assinada pelo Prefeito)
 - Ficha Autografo que deve ser assinada por Silvestre Rohden
 - Ofício de Solcitação de abertura de conta (assinada pelo Prefeito)
3. É necessário o envio dos ofício de nomeação para os cargos de Rosemi, Silvestre e Juliano.
4. Salientamos que o documento que deve ser assinado por Silvestre são os três campos do Modulo III onde consta Assinatura do representante Legal/Procurador. não sendo necessárias assinaturas nos módulo I e II.

Estamos à disposição para quaisquer duvidas.

Atenciosamente

Elisa Vanessa Ribeiro
Técnico Bancário Novo
Agência Marechal Cândido Rondon

— Anexos: _____

FAA QUATRO PONTES.doc	202KB
Contrato de Relacionamento Quatro Pontes.doc	186KB
MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES 71034-5.doc	53,0KB

Assunto: REITERA: Ajuste de PT e Providências para contratação - Seleção 880031/18

De: Liliane Duran Lopes <liliane.d.lopes@caixa.gov.br>

Data: 13/12/2018 17:14

Para: "'gabinete@quatroPontes.pr.gov.br'" <gabinete@quatroPontes.pr.gov.br>, 'JULIANO LANG' <juliano_lang@hotmail.com>

Boa tarde Sirlei

1. O PT foi aprovado e a proposta está empenhada.

1.1 Entretanto, aguardamos incluir os documentos solicitados no email abaixo para efetivarmos a contratação.

1.2 Lembramos que é necessária a regularidade no CAUC na data da contratação.

1.3 Assim que atender às providências, responda este email me informando.

Atenciosamente,

Liliane Duran Lopes

Assistente Júnior

Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

(45) 2101-9740

De: Liliane Duran Lopes

Enviada em: quinta-feira, 6 de dezembro de 2018 16:41

Para: 'gabinete@quatroPontes.pr.gov.br'

Assunto: Ajuste de PT e Providências para contratação - Seleção 880031/18

Boa tarde Sirlei

1. Tendo em vista a redução do repasse de R\$ 300.000,00 para R\$ 270.476,19, e a necessidade de redução da contrapartida de R\$ 12.000,00 para R\$ 11.000,00 para respeitar o limite de 4% previsto na LDO, o plano de trabalho foi colocado em complementação para ajustes antes de sua aprovação.

1.1 Assim que concluir os ajustes, avise a REGOV Cascavel via email para posterior análise e aprovação do PT.

2. Destaco que a proposta está empenhada, entretanto, para efetivar a contratação com cláusula suspensiva, além do plano de trabalho estar aprovado, pela Caixa esse município deve incluir no SICONV:

a) Aba Anexos:

- Declaração EXTRACAUCA 01 modelo "não impositivo" conforme modelo anexo (foi apresetado o modelo para operação do orçamento impositivo);
- Declaração EXTRACAUCA 02 com respectivo envio aos tribunais competentes (modelo e orientações no anexo) ou as certidões dos respectivos tribunais:
 - o certidão do TRF4 referente ao pagamento de precatórios;
 - o certidão do TRT referente ao pagamento de precatórios;
 - o certidão do TJPR referente ao pagamento de precatórios;
- Declaração de previsão orçamentária de contrapartida (modelo anexo);
- Rubrica orçamentária citada na declaração;
- Publicação da LOA ou outra lei prevista na declaração;

b) Aba atualização cadastral:

- diploma eleitoral do prefeito;
- comprovante de residência atualizado do prefeito;

2.1 Além dos documentos acima, para efetivar a contratação é necessária a regularidade no CAUC na data da contratação.

Atenciosamente,

Liliane Duran Lopes

Assistente Júnior

Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

(45) 2101-9740

— Anexos: —

Kit Não Impositivo.zip

40,5KB



Assunto: Mensagem do Portal de Convênios: Plano de Trabalho Aprovado

De: siconv@planejamento.gov.br

Data: 13/12/2018 16:54

Para: gabinete@quatroPontes.pr.gov.br

Este e-mail foi gerado de forma automática pelo SICONV. Por favor, não o responda.
Em caso de dúvida, entrar em contato com a Central de Atendimento do SICONV.

Plano de Trabalho Aprovado

O plano de trabalho da proposta número 053092/2018 foi aprovado.

Número da Proposta: 053092/2018

Órgão Concedente: MINISTERIO DO ESPORTE

Conveniente: MUNICIPIO DE QUATRO PONTES

Mensagem emitida pelo sistema do Portal de Convênios pelo usuário:



CPF: 05427279946

Nome: LILIANE DURAN LOPES



Formulário

Formulário

https://portal.pgr.jus.br/portal/forms/publico/emitirRecibo.do?gruun.crypto=d963a0b300627e1377743c2739209951e4580a993310e1b6a4406688910e12a02ac4eb4a551354109ce31e189f7719a7676cae906a541b3001132862a53

App: Município de Quatro Pontes WebMail eAtor Facebook Google 3 arquivos Compressor de PDF B Fly Piccolo E-MAIL PREFEITO Sistema Administrativo SIGA FUNASA Login no Webmail Página inicial Nova guia eAtos

2079687-5

Envio nº 2079687-5

Horário de Envio 10/12/2018 10:02:40

Ao Tribunal de Justiça do Paraná

Identificação

Requerente

Órgão Público Solicitante

Agente Público que realiza solicitação (nome completo)

Matrícula funcional

CNPJ

E-mail (será usado para todas as comunicações)

Telefone

Endereço

Órgão Público

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

JOÃO INÁCIO LAUFER

85940-000

05.719.381/0001-70

gabinele@quatropontes.pr.gov.br

(45) 3279-8130

45969557006

Quatro Pontes

Requerimento

Assunto:

Especificação do Pedido (Informe as razões de fato e de direito que fundamentam o pedido e a finalidade que se pretende)

Solicita Certidão de regularidade de pagamentos de Precatórios em relação ao Ente Público

Solicita a Certidão de Regularidade de pagamentos de Precatórios, para apresentação junto a Caixa Econômica Federal, para fins de contratação de Contrato de Repasse de Recursos a serem oriundos do Ministério dos Esportes ao Município de Quatro Pontes - PR, objetivando implantação de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes - PR.

Documentos Anexos

Anexo 1

OF 3714 - PM Quatro Pontes - 53092-2018 - Ofício de Seleção-1.pdf

Novas solicitações podem ser realizadas a partir desta página.

Os Documentos anexados em sua forma eletrônica poderão ser solicitados pelo Poder Judiciário Estadual a qualquer momento.

Todas as informações e documentos inseridos neste formulário são de responsabilidade do requerente.

Formulário: proto...html

Exibir todos X

10/12/2018

Assunto: Ajuste de PT e Providências para contratação - Seleção 880031/18

De: Liliane Duran Lopes <liliane.d.lopes@caixa.gov.br>

Data: 06/12/2018 16:41

Para: "'gabinete@quatroPontes.pr.gov.br'" <gabinete@quatroPontes.pr.gov.br>

Boa tarde Sirlei

1. Tendo em vista a redução do repasse de R\$ 300.000,00 para R\$ 270.476,19, e a necessidade de redução da contrapartida de R\$ 12.000,00 para R\$ 11.000,00 para respeitar o limite de 4% previsto na LDO, o plano de trabalho foi colocado em complementação para ajustes antes de sua aprovação.

1.1 Assim que concluir os ajustes, avise a REGOV Cascavel via email para posterior análise e aprovação do PT.

2. Destaco que a proposta está empenhada, entretanto, para efetivar a contratação com cláusula suspensiva, além do plano de trabalho estar aprovado, pela Caixa esse município deve incluir no SICONV:

a) Aba Anexos:

- Declaração EXTRACAUCA 01 modelo "não impositivo" conforme modelo anexo (foi apresetado o modelo para operação do orçamento impositivo);
- Declaração EXTRACAUCA 02 com respectivo envio aos tribunais competentes (modelo e orientações no anexo) ou as certidões dos respectivos tribunais:
 - certidão do TRF4 referente ao pagamento de precatórios;
 - certidão do TRT referente ao pagamento de precatórios;
 - certidão do TJPR referente ao pagamento de precatórios; ✓
- Declaração de previsão orçamentária de contrapartida (modelo anexo);
- Rubrica orçamentária citada na declaração;
- Publicação da LOA ou outra lei prevista na declaração;

b) Aba atualização cadastral:

- diploma eleitoral do prefeito;
- comprovante de residência atualizado do prefeito;

2.1 Além dos documentos acima, para efetivar a contratação é necessária a regularidade no CAUC na data da contratação.

Atenciosamente,

Liliane Duran Lopes

Assistente Júnior

Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

(45) 2101-9740

— Anexos: —

Kit Não Impositivo.zip

40,5KB



Município de Quatro Pontes

Assunto: Comunicado SICONV nº 60/2018 – Cronograma para execução das emendas

De: Orzil News <orzilinformativo@gmail.com>

Estado do Paraná

Data: 10/12/2018 10:34

Para: Orzil News <grupo-orzil@googlegroups.com>

Comunicado SICONV nº 60/2018 – Cronograma para execução das emendas

[Facebook](#)

[Twitter](#)

[Linkedin](#)

[Imprimir](#)

[Navegue pelos temas](#)

» [1.3 SICONV, Convênios](#) » [2.3 Emendas Parlamentares](#) » [Notícias](#) » Comunicado SICONV nº 60/2018 – Cronograma para execução das emendas

Alexandre Orzil

10/12/2018 -
09:29

COMUNICADO Nº 60/2018 – NOVO CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS – Orçamento 2018

Em atenção ao disposto no Parágrafo único do art. 17 c/c com o art. 7º da Portaria Interministerial nº 10, de 23 de janeiro de 2018, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) divulga novo Cronograma Referencial para execução das emendas impositivas individuais no SICONV:

AÇÃO	RESPONSÁVEL	DATA LIMITE
Divulgação dos Programas	Concedente	Até 12/12/2018
Envio das Propostas	Proponente	Até 16/12/2018
Análise Conclusiva das Propostas e Planos de Trabalhos (inclui análise inicial e reanálises após complementações)	Concedente e/ou Mandatária	21/12/2018
Celebração		Até 31/12/2018

Observação 1: Caso ocorra novas alterações em programações orçamentárias ou limites para movimentação e empenho de emendas impositivas individuais (RP-6), ensejando a abertura do Sistema Integrado de Planejamento de Orçamento (SIOP) para fins de alterações de beneficiários e prioridades pelo parlamentar após decorrido os prazos deste cronograma, **ficam os órgãos autorizados a estabelecer cronograma próprio para implementação dos procedimentos necessários à execução no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).**

Observação 2: Em atenção ao disposto no § 11 do art. 166 da Constituição Federal c/c o art. 58 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e considerando o caráter obrigatório de execução das emendas parlamentares individuais, o regime de execução estabelecido neste Cronograma Referencial tem como finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade dos bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, independentemente de autoria.

Observação 3: O Cronograma acima se aplica para todas as emendas individuais impositivas do Orçamento Geral da União, exercício 2018, executadas no SICONV.

Observação 4: No caso das propostas/planos de trabalho de emendas parlamentares individuais recebidos anteriormente à publicação deste cronograma, inclusive aqueles para os quais foram solicitadas complementações, os órgãos concedentes devem continuar o fluxo regular de análise sem a necessidade de divulgação de um novo programa no SICONV.

Observação 5: O não envio das propostas pelos beneficiários das emendas até 16/12/2018 caracterizará impedimento de ordem técnica.

Observação 6: A data limite para análise conclusiva das propostas e planos de trabalho pelo concedente ou mandatária deverá ser até 21/12/2018.

Observação 7: Em atenção ao Princípio da Anualidade Orçamentária, a data limite para celebração dos instrumentos é dia 31/12/2018.

Termo de Execução Descentralizada – TED

17 e 18 de dezembro de 2018 / Brasília – DF

Curso Especial: correto entendimento, formalização, celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas desse importante instrumento de formulação e execução descentralizada de políticas públicas do Governo Federal.

[Informações Completas+](#)

--

Grupo Orzil

Central de Atendimento: (61) 3039-7707

WhatsApp: (61) 8240-0003

cursos@orzil.org

www.orzil.org

Você recebeu essa mensagem porque está inscrito no grupo "Orzil News" dos Grupos do Google.

Para cancelar inscrição nesse grupo e parar de receber e-mails dele, envie um e-mail para grupo-orzil+unsubscribe@googlegroups.com.

Para ver essa discussão na Web, acesse <https://groups.google.com/d/msgid/grupo-orzil/07e5c67e-5092-4405-b036-520247d77281%40googlegroups.com>.

Para mais opções, acesse <https://groups.google.com/d/optout>.



Representação Executiva Negocial de Governo Cascavel
Rua Souza Naves, 3891 – Bairro Centro
85.810-070 – Cascavel - PR

Ofício nº 3700 / 2018 / REGOV/CV

Cascavel, 29 de Novembro de 2018

A Sua Excelência o Senhor
João Inácio Laufer
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Quatro Pontes
Rua Gaspar Martins, 560 - Centro
CEP: 85940-000 – Quatro Pontes – PR

Assunto: **Recursos do Orçamento Geral da União - 2018**

Ref.: **Programa: Esporte e Grandes Eventos Esportivos - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**
Nº Proposta SICONV: ~~40977/2018~~ 53092/2018

Senhor Prefeito Municipal,

1. O MINISTERIO DOS ESPORTES selecionou emenda no Orçamento Geral da União destinada a esse Município, conforme dados abaixo:

- Programa: **Esporte e Grandes Eventos Esportivos - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**
- Objeto: **Implantação de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes-PR.**
- Valor de Repasse: **R\$ 270.476,19**
- Proposta: **53092/2018**
- Convênio: **880031**

2. Para fins de contratação solicitamos as seguintes providências por parte do Município:

- Manter atualizado o cadastro do proponente no SICONV, no Módulo Cadastramento, com a inclusão dos documentos do Chefe do Poder Executivo (Documento de Identidade, CPF e Termo de Posse);
- Anexar no SICONV, aba Anexos do Plano de Trabalho:
 - Declaração de Previsão Orçamentária de Contrapartida contendo o detalhamento do endereço orçamentário do recurso, juntamente com cópia do demonstrativo orçamentário específico;
 - QDD/Rubrica;

3. O Conveniente deverá estar regular quanto aos Art.48, II e Art. 48-A da LRF, cuja verificação será feita por esta REGOV via extrato extraído no SICONV na data da contratação.

4. Para as emendas do Orçamento Geral da União, é obrigatória:

- Regularidade ao CAUC, que será verificado pelo sítio da STN, no endereço <https://sti.tesouro.gov.br/cauc/index.jsf>, na data da contratação;
- Apresentar Declaração EXTRACAUC 1 original (**modelo anexo**) junto com respectivo protocolo de envio ao TCE/PR (e-contas Paraná). *Destacamos que a declaração tem validade no mês corrente a partir da data do envio ao TCE;*

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



- Apresentar as certidões, para comprovar regularidade quanto ao pagamento de precatórios judiciais, dos seguintes Tribunais: Tribunal de Justiça (TJ), Tribunal Regional do Trabalho (TRT9) e Tribunal Regional Federal (TRF4).
 - **OBS: As certidões devem ser específicas aos Precatórios e estarem válidas na data da contratação.**
 - Abaixo seguem orientações para solicitação das Certidões:
 - TJ-PR, enviar e-mail: rpt@tjpr.jus.br – Em média 7 dias p/expedição. (41)3200-2846
 - TRF 4ª, enviar e-mail: sprec@trf4.gov.br – No mesmo dia. Fone: (51)3213-3000
 - TRT 9ª, enviar e-mail: precatorios@trt9.jus.br – Em até 48 horas. (41)3310-7000
 - **Alternativamente o município poderá apresentar Declaração de Precatório conforme abaixo:**
 - i. Apresentar Declaração EXTRACAUC 2 original (**modelo anexo**) juntamente com o comprovante de recebimento (recibo de protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada) pelos seguintes Tribunais: Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal. *Destacamos que a declaração tem validade no mês corrente a partir da data do envio aos Tribunais.*
5. Para análise técnica esse Município deve apresentar à CAIXA todos os documentos relacionados abaixo:
- Documentos da área de intervenção;
 - Documentos para análise técnica de Engenharia conforme normas do Programa, juntamente com a FVP – Ficha de Verificação Prévia (disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx> - navegar até a guia “OGU – Manuais e Modelos de Engenharia”) e orientações fornecidas pelos técnicos da REGOV Cascavel/PR;
6. Salientamos que o atendimento aos itens abaixo são pré-requisitos para formalizar a contratação:
- Aprovação do Plano de Trabalho - PT no SICONV;
 - Cadastro do Conveniente atualizado no SICONV;
 - Comprovação de previsão orçamentária de contrapartida;
 - Emissão da respectiva Nota de Empenho;
 - Regularidade quanto ao Art.48, II e Art. 48-A da LRF;
 - Regularidade no CAUC;
 - Apresentação da Declaração EXTRACAUC 1;
 - Apresentação da Declaração EXTRACAUC 2;
7. Colocamo-nos à disposição para mais informações.

Respeitosamente

PAULO VINICIUS CARVALHO JORGE

Supervisor de Filial

Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

PAULO AUGUSTO SCHADE

Coordenador de Filial

Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Deletar a orientação abaixo antes da impressão.

Orientação:

- Remeter esta declaração para o Tribunal de Contas do Estado, por meio de recibo do protocolo (Digitalizar a declaração e enviar via site opção de E-Contas);
- aviso de recebimento;
- ou carta registrada

Encaminhar as vias originais para esta REGOV juntamente com os comprovantes de envio, com a identificação do documento enviado e do destinatário..

Orientação:

Certidão dos competentes Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal; ou

- Declaração de regularidade quanto ao pagamento de precatórios judiciais, conforme acima, emitida pelo Chefe do Poder Executivo, juntamente com a remessa da declaração para os competentes Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal, por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada, apontando se o ente é ou não aderente ao regime de que trata a alínea "b" do inciso IV do § 10 do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, qual a periodicidade de pagamento e a data do próximo vencimento.
- Para ente não aderente ao regime ao regime citado na alínea "b" do inciso IV do § 10 do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, faz-se necessário constar na declaração a inexistência de precatórios judiciais pendentes de quitação, com validade no mês da assinatura da declaração.

Endereço para envio declaração:

- Mencionar na Remessa "Ao Setor de Precatórios: Referente Declaração de Pagamento dos Precatórios Judiciais do Município XXXXXX");
- Para o TJPR enviar a Declaração via correio AR para TJPR: Praça Nossa Senhora de Salette, Centro Cívico, CEP 80530-912, Curitiba/PR;
- Para o TRF4 enviar a Declaração via correio AR para TRF4: Avenida Anita Garibaldi nº 888, bairro Cabral, CEP 80540-400, Curitiba/PR;
- Para o TST9 enviar a Declaração via correio AR para TRT9: Alameda Doutor Carlos de Carvalho nº 528, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR;
- Encaminhar as vias originais para esta REGOV juntamente com os comprovantes de AR, com a identificação do documento enviado e do destinatário.

Assunto: Mensagem do Portal de Convênios: Nota de Empenho Enviada

De: siconv@planejamento.gov.br

Data: 28/11/2018 18:00

Para: gabinete@quatroPontes.pr.gov.br

Este e-mail foi gerado de forma automática pelo SICONV. Por favor, não o responda.
Em caso de dúvida, entrar em contato com a Central de Atendimento do SICONV.

Nota de Empenho Enviada

Foi enviada uma nota de empenho relativa ao convênio número 880031/2018 com o valor de R\$ 270.476,19.

Número da Proposta: 053092/2018

Número do Convênio: 880031/2018

Órgão Concedente: MINISTERIO DO ESPORTE

Conveniente: MUNICIPIO DE QUATRO PONTES



Mensagem gerada automaticamente pelo sistema do Portal de Convênios.

Representação Executiva Negocial de Governo Cascavel
Rua Souza Naves, 3891 – Bairro Centro
85.810-070 – Cascavel - PR

Excelentíssimo Senhor Prefeito

Assunto: PRAZO FINAL PARA CONTRATAÇÃO OGU 2018 – ALERTA!

1. Considerando as recentes seleções de propostas **OGU NÃO IMPOSITIVAS** no exercício de 2018, reforçamos a necessária observação de atendimento ao prazo final para contratação das operações até 31/12/2018
2. Salientamos que o atendimento aos itens abaixo são pré-requisitos para formalizar a Contratação:

- Aprovação do Plano de Trabalho - PT no SICONV;
- Cadastro do Conveniente atualizado no SICONV;
- Comprovação de previsão orçamentária de contrapartida;
- Emissão da respectiva Nota de Empenho;
- Regularidade quanto ao Art. 48. II e Art. 48-A da LRF;
- Regularidade no CAUC: <https://sti.tesouro.gov.br/cauc/index.jsf#>
- Apresentação da Declaração EXTRACAUC 1;
- Apresentação da Declaração EXTRACAUC 2 e respectivos comprovantes de protocolo junto aos tribunais.

3. Colocamo-nos à disposição para mais informações

Respeitosamente,

Paulo Augusto Schade

Coordenador de Filial

Representação de Gerência Executiva e Negocial de Governo Cascavel/PR

Assunto: ALERTA- PRAZO FINAL PARA CONTRATAÇÃO OGU 2018 - 31/12/2018

De: "regovcv@caixa.gov.br" <regovcv@caixa.gov.br>

Data: 06/12/2018 12:56

Para: "regovcv@caixa.gov.br" <regovcv@caixa.gov.br>

CC: Paulo Augusto Schade <paulo.schade@caixa.gov.br>, Marcelo Fank

<marcelo.fank@caixa.gov.br>, Carmen Damin <carmen.damin@caixa.gov.br>, Fernanda Kreutz do

Nascimento Ferronato <fernanda.nascimento@caixa.gov.br>, Liliane Duran Lopes

<liliane.d.lopes@caixa.gov.br>, Marcia Zwierewicz <marcia.zwierewicz@caixa.gov.br>, Sonia Mendes

da Silva Spier <sonia.spier@caixa.gov.br>, Vanessa Adele Krummenauer Brigo

<vanessa.brigo@caixa.gov.br>, Vania Maria Breda Borghesan <vania.borghesan@caixa.gov.br>

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

053092/2018

OBJETO:

Implantação de infraestrutura para campo de futebol no Município de Quatro Pontes-PR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Quatro Pontes esta localizado no extremo oeste do Estado do Paraná, pertence a bacia Paraná III, sendo sua emancipação política em 13/09/1993, desmembrando do município de Marechal Cândido Rondon, com uma altitude de 395 metros e distancia de 578 km da capital Curitiba. Conforme dados censitários Quatro Pontes possui uma população de 3804 habitantes, sendo 2436 urbanos e 1368 rurais. O Município de Quatro Pontes não possui estrutura própria de campo de futebol, por esse motivo iniciou trabalhos para implantação do mesmo, como: adquiriu área para implantação, elaboração de projetos, serviços de terraplanagem, drenagem profunda e alambrado para implantação de campo para futebol. Para dar continuidade do empreendimento necessitamos realizar obras complementares como: arquivancada, vestiários, banheiros e área administrativa. As intervenções são de extrema importância para dar condições de uso do campo de futebol para realização de treinamentos, jogos e escolinhas de futebol. Dada a importância da prática esportiva e visando amenizar uma preocupação emergente, principalmente com relação aos adolescentes que estão deixando de lado a prática esportiva, o que muitas vezes leva a um estilo de vida sedentário, provocando distúrbios como a má alimentação, obesidade, tabagismo, estresse, doenças coronarianas, entre outras. O objetivo principal da implantação da infraestrutura para o campo de futebol, é a transformação da área em um ambiente voltado a prática de esportes oportunizando às crianças, jovens e adultos o acesso da modalidade esportiva de futebol de campo, que muito interessa ao município, pois tem como objetivo ampliar a prática esportiva, do lazer ao alto rendimento, visando o desenvolvimento humano através do esporte, enfatizando o esporte escolar para crianças e adolescentes. O Município de Quatro Pontes tem como um de seus ideais, a formação para a cidadania utilizar como ferramenta a prática de esportes, de atividades físicas e recreativas, e com isso desenvolver um estilo de vida ativa, contribuir no desenvolvimento esportivo e revelar atletas.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE: 51000	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: MINISTERIO DO ESPORTE		
CPF DO RESPONSÁVEL: 084.360.667-31	NOME DO RESPONSÁVEL: LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI		
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: Rua dos Jacarandas 880 Bloco 02 Apartamento 1501		CEP DO RESPONSÁVEL: 22776-050	

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROponente: 95.719.381/0001-70					
Razão Social do Proponente: MUNICIPIO DE QUATRO PONTES					
Endereço Jurídico do Proponente: RUA RUA GASPAR MARTINS, 560, PREDIO					
Cidade: QUATRO PONTES	UF: PR	Código Município: 5535	CEP: 85940000	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/Telefone: 4532798130
Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA	Agência: -		Conta Corrente:		
CPF do Responsável: 841.446.299-53	Nome do Responsável: JOAO INACIO LAUFER				
Endereço do Responsável:				CEP do Responsável: 85940000	

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R\$ 312.000,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 12.000,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2018	R\$ 300.000,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 12.000,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	15/06/2018	
FIM DE VIGÊNCIA:	31/12/2020	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2020	

5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Implantação de infraestrutura para campo de futebol			
Unidade de Medida: UN	Quantidade: 1.0	Valor:	R\$ 312.000,00
Início Previsto: 01/01/2019	Término Previsto: 31/12/2019	Valor Global:	R\$ 312.000,00
UF: PR	Município: 5535 - QUATRO PONTES	CEP:	85940-000
Endereço: Município de Quatro Pontes - PR			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Implantação de infraestrutura para campo de futebol			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 312.000,00	Início Previsto: 01/01/2019	Término Previsto: 31/12/2019

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MINISTERIO DO ESPORTE

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	ANO: 2019
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 300.000,00
DESCRIÇÃO: Implantação de infraestrutura para campo de futebol	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 1

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MUNICIPIO DE QUATRO PONTES

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	ANO: 2019
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 12.000,00
DESCRIÇÃO: Implantação de infraestrutura para campo de futebol	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 1

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Implantação de infraestrutura para campo de futebol.				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio			NATUREZA DA DESPESA: 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Quatro Pontes - PR				
CEP: 85940-000	UF: PR	MUNICÍPIO: 5535 - QUATRO PONTES		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 312.000,00	V.TOTAL: R\$ 312.000,00
OBSERVAÇÃO:				

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449051	R\$ 312.000,00	R\$ 312.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:	R\$ 312.000,00			

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

12 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:

Declaração de capacidade tecnica gerencial.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:

declaração de disponibilidade de contra partida.pdf